



# ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA ATLETA UNIVERSITÁRIA UNB (2011-2015)

Ana Kelly de Moraes Silva Belato<sup>1</sup>

## RESUMO

*Trata-se de uma pesquisa social exploratória para análise do Programa Bolsa Atleta Universitária da Universidade de Brasília (PBA-UnB). Orientados pelo modelo analítico de políticas sociais (BOSCHETTI, 2009), adotamos os procedimentos de levantamento documental e pesquisa bibliográfica. Os dados iniciais demonstram que PBA-UnB possui abrangência restrita, mas com potencial de ampliação. Ademais, observa-se que essa política estimulou o desenvolvimento do esporte universitário na UnB. PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas Esportivas; Esporte Universitário; Bolsa Atleta.*

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo realizar a análise inicial da abrangência e financiamento do Programa Bolsa Atleta Universitária da Universidade de Brasília (PBA-UnB), desenvolvido pela Diretoria de Esporte, Arte e Cultura (DEA), vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC).

Como balizador deste estudo, adota-se como pressuposto o entendimento de que é dever do Estado fomentar o esporte como direito e aspecto importante para a construção da cidadania e desenvolvimento humano. No ordenamento jurídico nacional, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) é o marco regulador na garantia dos direitos de cidadania no país, mais especificamente o Artigo 217 determina que “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um”. A responsabilidade estatal em destaque na redação demanda do Estado a promoção de ações (diretas ou indiretas<sup>2</sup>) que venham a garantir a consubstanciação deste direito.

Dentro do conjunto de elementos necessários à materialização do direito ao esporte, destacamos o papel estatal de organização de políticas públicas, principalmente capazes de assegurar o desenvolvimento integral dos indivíduos, conferindo legitimidade aos cidadãos para exercerem “plenamente”<sup>3</sup> sua cidadania. Ao nos referir às políticas públicas, destaca-se a interpretação de Pereira (2008) sobre o caráter público dessas ações, que as amplia para além das fronteiras estatal.

<sup>1</sup> Universidade de Brasília (UnB), anakellymsbelato@gmail.com

<sup>2</sup> Entendemos por ações indiretas aquelas em que o Estado não é o executor direto, restringindo-se às funções de financiamento e/ou fiscalização. A título de exemplo, podemos citar algumas parcerias celebradas com o Terceiro Setor.

<sup>3</sup> As aspas nesse caso justificam-se, pois – em nosso entendimento – o exercício pleno de uma cidadania exige uma outra sociabilidade, na qual a riqueza material e imaterial socialmente produzida seja equanimemente compartilhada pelo conjunto da humanidade.

Em outras palavras, a ação pública estende-se para a sociedade, cuja presença potencializa sua representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos de decisão do governo. Destarte, para Pereira (2008), o que define a política pública é seu caráter universal/público e não por ser estatal (Estado) ou coletiva (de grupos particulares da sociedade) e muito menos individual.

## 2 METODOLOGIA

Face ao exposto nos objetivos, adotou-se um delineamento metodológico norteado pela preocupação de identificar a essência do fenômeno investigado, neste caso, as políticas públicas para o esporte universitário. No entanto, essa análise de um objeto específico, não se realiza apartada de aspectos mais gerais relacionados a sua constituição, tais como: o papel do Estado e suas inter-relações com a sociedade civil.

De forma mais particular, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa social exploratória, de caráter qualitativo-quantitativo, dedicando-se ao desvelamento dos processos inerentes a um determinado aspecto da realidade social (MINAYO, 2007). O objeto da realidade a ser analisado é a política de esporte universitário brasileira, mais especificamente o Programa Bolsa Atleta Universitária (PBA-UnB). Na dimensão técnico-instrumental, optamos pelos procedimentos metodológicos de pesquisa documental e revisão bibliográfica (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). A revisão bibliográfica realizou-se a partir do contato com referencial teórico de disciplinas dos programas de pós-graduação em Educação Física e Política Social, ambos da UnB. Os temas presentes nessas leituras foram: *a)* políticas públicas; *b)* políticas esportivas; *c)* análise e avaliação de políticas sociais; e, *d)* financiamento.

Em relação à pesquisa documental, em função da natureza e conteúdo dos documentos coletados, podemos caracterizá-los como fontes primárias (ou seja, documentos sem prévio tratamento analítico), quais sejam: *a)* Estatuto da Universidade de Brasília - UnB<sup>4</sup>; *b)* Relatórios de Gestão UnB (2011 a 2015)<sup>5</sup>; *c)* Relatórios de Gestão UnB/DAC/DEA (não disponíveis online); *d)* Editais do Programa Bolsa Atleta (não disponíveis online).

Para análise e discussão dos dados seguimos o método de análise e avaliação de políticas sociais, proposto por Boschetti (2009), composto por três aspectos: *(i)* Configuração e abrangência dos direitos<sup>6</sup>; *(ii)* Configuração do Financiamento e Gasto<sup>7</sup> (forma de organização); e, *(iii)* Gestão e Controle social<sup>8</sup>. A autora da proposta analítica enfatiza a necessidade que os aspectos e indicadores sejam considerados

---

4 Disponível em: [www.unb.br/transparencia\\_unb/unb/estatuto\\_da\\_unb](http://www.unb.br/transparencia_unb/unb/estatuto_da_unb).

5 Disponível: <http://www.dpo.unb.br/documentos.php>.

6 Esse aspecto tem como objetivo delinear um quadro dos direitos e/ou benefícios de uma política e/ou programa social, destacando suas características essenciais (BOSCHETTI, 2009).

7 O estudo do financiamento auxilia na compreensão da estrutura orçamentária e impactos na natureza e alcance dos direitos de uma determinada política (BOSCHETTI, 2009).

8 O terceiro aspecto de análise busca demonstrar como está estruturada a organização e gestão da política e/ou programa avaliado, parametrizado pelos princípios contemporâneos de gestão federada, democrática e participativa, estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (BOSCHETTI, 2009).

(e até mesmo revistos) a partir das especificidades de cada objeto de pesquisa. No caso deste estudo, utilizaremos a Gestão do PBA-UnB (forma de organização), critérios de acesso e permanência, fontes de financiamento e gastos, demonstrativo do quantitativo de bolsas anual, modalidades esportivas contempladas, no período de 2011 a 2015<sup>9</sup>.

### **3 DESCRIÇÕES, RESULTADOS, INTERPRETAÇÕES**

A DEA foi criada pelo Ato da Reitoria nº 269/94, em 02/03/1994, com a competência de organizar programas e projetos comunitários com vista à execução de uma política artístico-cultural e esportiva no âmbito da UnB. O Serviço de Esporte e Lazer (SEL), subordinado à DEA, tem por objetivo estimular o desenvolvimento esportivo na UnB. Este setor é o responsável pelo PBA-UnB, incentivo criado em outubro de 2011, destinado a propiciar aos estudantes/atletas, selecionados por edital, o recebimento de uma bolsa mensal no valor de R\$ 400,00 pelo período de 12 meses, como forma de estímulo à participação nos treinamentos desportivos com vistas a representar a UnB em competições.

Compreendemos que, para os objetivos desta pesquisa, é importante localizar o esporte universitário dentro da legislação esportiva nacional. Nesse sentido, tendo como referência teórica as três dimensões esportivas preconizadas por Tubino (2001)<sup>10</sup>, consideramos que o esporte universitário insere-se no desporto educacional, categoria presente no artigo 3º da Lei Pelé (9.615/1998). Mais recentemente, considerando as alterações do Decreto nº 7.984/2013<sup>11</sup> à Lei Pelé, podemos situar o esporte universitário dentro da “subcategoria” esporte escolar. Ou seja, trata-se da experiência esportiva que pode ser praticada em competições, eventos, programas de formação, treinamento, complementação educacional, integração cívica e cidadã, desde que organizados pela Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU)<sup>12</sup>.

Os autores Silva, Machado & Dias (2014), retomando Coelho (1984), descrevem o esporte universitário como um esporte de formação, cuja função principal é social, visando o bem-estar do estudante universitário. Diante dessa concepção, entendem ser impossível negar a contribuição do esporte acadêmico para aproximação do ser humano de seu relacionamento, do incentivo ao coleguismo e, também, do incentivo à formação de novas lideranças. Por ora, considerando o escopo deste artigo, não cabe fazer uma problematização dessa conceituação, destaca-se tão-somente seu alto grau de idealismo e mistificação.

A despeito das problematizações teórico-filosóficas, o reconhecimento do

9 O período inicial estudado justifica-se por ser a gênese do programa e o período final pelo último relatório disponível.

10 As três dimensões do esporte são, conforme Tubino (2001): esporte-educação, esporte-participação e esporte-performance. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/1858543/livro---dimensoes-sociais-do-esporte>

11 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d7984.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7984.htm). Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto.

12 Instituição regulamentada pelo Decreto-Lei nº 3.617/1941. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del3617.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3617.htm). Estabelece as bases de organização dos desportos universitários.

esporte universitário demanda a estruturação e fomento de uma política para o setor. Todavia, a presença do poder público no âmbito do esporte universitário não ocorre sem que se façam presente interesses contraditórios, que geram disputas em seu interior. De forma análoga, Behring e Boschetti (2006) destacam que as políticas sociais não são apenas espaços de confrontação de tomadas de decisão, mas constituem elementos de um processo complexo e contraditório de regulação política e econômica das relações sociais.

Ao explorar a produção científica das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, encontramos um significativo aumento de estudiosos e grupos de pesquisa que vêm se dedicando ao tema (AMARAL, 2014). Ao mesmo tempo, é importante ressaltar as pesquisas existentes sobre o Programa Bolsa Atleta em âmbito Nacional<sup>13</sup> (GUIMARÃES, 2009; CORRÊA, 2014), porém inexitem estudos sobre o PBA-UnB. Para contribuir com o preenchimento desta lacuna, propomos a realização de análise inicial do programa sem a pretensão de esgotar as possibilidades de investigação.

Dentre as informações do programa, destacamos inicialmente as condicionalidades de acesso e permanência<sup>14</sup>, que reforçam a primazia na realização de eventos ligados ao esporte espetáculo, tais como: os Jogos Universitários Brasileiros - JUBs. Além disso, registra-se a necessidade de que o beneficiado esteja federado e apresente performance esportiva de destaque nacional. Tais critérios reproduzem comportamento análogo às características da política pública de esporte em âmbito nacional. Athayde (2011) corrobora com esse argumento quando destaca, que em virtude da hegemonia conquistada pelo “esporte de alto rendimento” esse vem sendo – ao longo da história brasileira – o padrão balizador das políticas públicas para o setor, acarretando em políticas baseadas na focalização e setorialidade, tendo como escopo interesses antagônicos a uma perspectiva inclusiva e de combate às desigualdades.

No tocante às fontes orçamentárias do PBA-UnB, em destaque no próximo tópico, cabe informar que elas derivam do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/FUB<sup>15</sup>, Programa de apoio à Reestruturação das Universidades Federais – REUNI/FUB<sup>16</sup> e recurso orçamentário FUB/DAC/DEA<sup>17</sup>.

13 Lei nº10.891/2004, que institui o Bolsa-Atleta. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/L10.891compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L10.891compilado.htm).

14 a) Estar regularmente matriculado em curso presencial de graduação ou pós-graduação na UnB em qualquer dos Campi; b) Ter entre 17 e 24 anos incompletos prioritariamente; c) Estar em plena atividade esportiva, comprovada na Carta de Recomendação do Técnico; d) Apresentar Rendimento Acadêmico ; e) Apresentar comportamento ético e íntegro e não ter sido alvo de advertência por comportamento antiético; f) Por se tratar de uma bolsa para o estudante-atleta, esta não poderá ser acumulada a outras bolsas ou estágios e trabalho remunerado com carteira assinada e/ou contrato; g) Estar preferencialmente vinculado às equipes representativas ou Clubes Desportivos Universitários da UnB ou a Federação Esportiva da modalidade; h) Estar cadastrado no Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - PPNE, no caso de estudante atleta com deficiência; i) Efetuar a inscrição no prazo estabelecido por este Edital e apresentar a documentação exigida para ingresso no PBA-UnB ; j) As modalidades atendidas pelo PBA-UnB serão, prioritariamente, as ofertadas nos eventos esportivos oficiais organizados pela Federação de cada modalidade esportiva, CBDU e UnB.

15 Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Disponível em: <http://www.dpo.unb.br/pdi.php>.

16 Plano de apoio a Reestruturação das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://novoportal.unb.br/administracao/decanatos/deg/expansao.php>.

17 Fontes de Recursos Fundação Universidade de Brasília – FUB. Disponível em: [http://www.dpo.unb.br/documentos/Cartilha\\_de\\_Execucao\\_da\\_Despesa.pdf](http://www.dpo.unb.br/documentos/Cartilha_de_Execucao_da_Despesa.pdf).

Conforme dados analisados nos relatórios de Gestão da DEA/DAC/UnB, apresentamos os resultados a seguir:

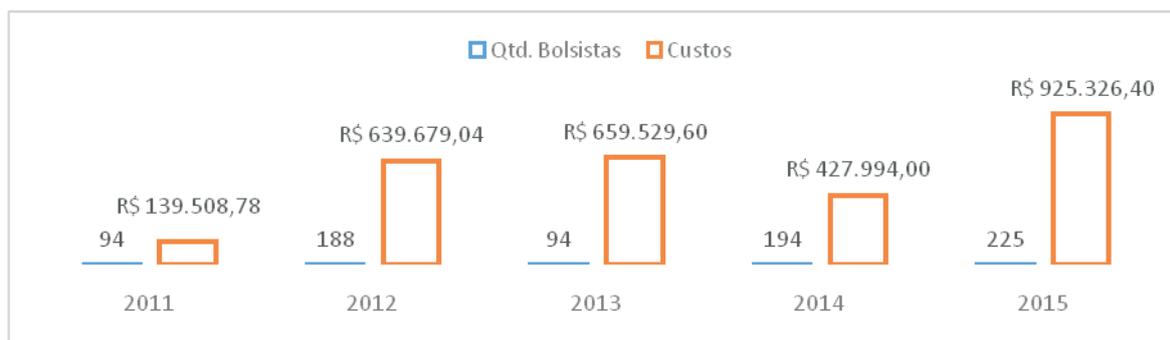


Gráfico 01- Comparação entre Custos anuais e Quantidade de bolsistas PBA-UnB - 2011 a 2015 (Valores deflacionados pelo IGP-DI<sup>18</sup>).

Fonte: Relatórios de Gestão UnB/DAC/DEA. Elaborado pela autora.

O montante pago aos 94 bolsistas no ano de 2011 foi de R\$ 139.508,78, referente aos meses de outubro a dezembro, quando o valor da bolsa concedida era de R\$ 360,00. A partir de junho de 2012, o valor unitário foi reajustado para R\$ 400,00, sem que houvesse contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras naquele ano. Entretanto, é importante destacar que o valor repassado pela fonte orçamentária do REUNI<sup>19</sup> para pagamento de 188 bolsistas no ano de 2012 contemplou apenas 3,7% da demanda institucional.

No ano de 2013, das 188 bolsas inicialmente foram utilizadas 100 (devido aos critérios de acesso/permanência) e o ano encerrou com apenas 94 beneficiários. Em dezembro daquele ano, registra-se a realização de reunião de grupo de trabalho para repensar uma nova estratégia político-institucional de financiamento a fim de garantir o orçamento do PBA-UnB. Os efeitos dessa ação são observados no ano seguinte, momento em que ocorreu um considerável aumento no quantitativo de bolsas, sendo contempladas 199 das 200 oferecidas, esse crescimento está relacionado ao recurso orçamentário disponibilizado pela FUB/DAC/DEA<sup>20</sup>.

A partir do ano de 2015, foram ofertadas 250 bolsas, aumento concedido e amparado na aprovação do Edital PBA-UnB 2015, que reforçou o orçamento da fonte FUB/DAC/DEA para a rubrica PBA-UnB/DEA, recurso específico para cumprimento dos custos do programa. Esse investimento nos estudantes/atletas fez emergir possíveis resultados esportivos, como a conquista pela UnB do terceiro lugar entre as Universidades Brasileiras e o primeiro lugar entre as Instituições Federais no Ranking Nacional da CBDU<sup>21</sup>.

18 O Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) foi instituído em 1944 com a finalidade de medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira. Trata-se de uma média aritmética, ponderada dos seguintes índices: Índice de Preços no Atacado - IPA, Índice de Preços ao Consumidor - IPC e Índice Nacional da Construção Civil - INCC.

19 Este Programa foi encerrado em 2014. Disponível em: [http://informa.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=496:dea-lanca-edital-de-bolsa-atleta-universitaria&catid=139&Itemid=102](http://informa.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=496:dea-lanca-edital-de-bolsa-atleta-universitaria&catid=139&Itemid=102)

20 No dia 12 de junho de 2014 foi votada pauta com o Edital do PBA-UnB no Conselho de Administração - CAD/UnB, que aprovou, por aclamação, a resolução que garantiu o financiamento específico para o programa e ainda foi solicitado a inclusão de item para participação de atletas com deficiência na resolução deste.

21 Confederação Brasileira do Desporto Universitário - CBDU. Disponível em: [http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorio\\_Autoavaliacao\\_2015.pdf](http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorio_Autoavaliacao_2015.pdf).

Tabela 01- PBA-UnB - Comparativo Anual de Bolsistas por Modalidades

Modalidades	2012		2013		2014		2015		Total de Bolsas
	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	
Atletismo	2	2	0	1	2	3	1	4	15
Basquete	8	11	1	8	8	13	11	12	72
Boxe	0	0	0	0	0	2	1	4	7
Canoagem	1	2	0	0	3	4	2	3	15
Ciclismo	1	0	0	1	0	1	0	1	4
Futebol	0	25	0	9	15	0	0	20	69
Futsal	13	15	7	5	11	15	9	17	92
Ginástica Rítmica	0	0	0	0	3	0	6	0	9
Handebol	14	14	12	7	15	10	13	8	93
Jiu-Jítsu	0	7	0	6	1	6	2	5	27
Judô	3	4	2	1	2	2	2	6	22
Karatê	2	4	1	2	3	5	3	4	24
Kendô	0	0	0	0	1	0	1	0	2
Natação	6	7	3	3	3	6	4	7	39
Remo	0	2	0	2	2	1	2	0	9
Rugby	0	0	0	0	7	11	12	12	42
Taekwondo	5	1	2	0	4	1	3	0	16
Tênis	3	2	3	0	4	2	4	3	21
Tênis de Mesa	1	2	0	0	0	4	0	4	11
Triatlo	0	2	0	2	0	0	0	0	4
Voleibol	12	12	7	5	8	6	17	14	81
Xadrez	2	3	2	2	2	8	3	5	27
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>115</b>	<b>40</b>	<b>54</b>	<b>94</b>	<b>100</b>	<b>96</b>	<b>129</b>	<b>701</b>
<b>Nº de Modalidades</b>	<b>18</b>		<b>18</b>		<b>21</b>		<b>22</b>		<b>79</b>
<b>Total de Atletas/Ano</b>	<b>188</b>		<b>94</b>		<b>194</b>		<b>225</b>		<b>701</b>

Fonte: Relatórios de Gestão UnB/DAC/DEA. Elaboração da autora.

Os dados da Tabela 01 confirmam uma relação direta e lógica entre as modalidades com maior número de jogadores e maior quantitativo de bolsistas, uma vez que o benefício é individual. O atendimento total do Programa no período estudado foi de 701 bolsas cerca de 35% do total de 1.997 alunos/atletas representantes das equipes esportivas universitárias da UnB, ratificando o acesso restrito do programa.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção de analisar o PBA-UnB tem como objetivo oferecer subsídios a estruturação da política de esporte universitário local, bem como contribuir com pesquisas posteriores sobre a temática. O aumento no número de bolsas e do valor unitário do benefício tornaram o PBA-UnB uma ação expressiva dentro do orçamento da DEA/DAC/UnB, saltando de R\$ 1,6 milhão para R\$ 2,4 milhões no ano de 2015<sup>22</sup>. Isoladamente, essa informação demonstra um potencial de ampliação do programa. Ao mesmo tempo, observou-se que essa política tem auxiliado a participação de estudantes/atletas em competições de nível universitário. Se por um lado, a continuidade no recebimento da bolsa (anual) evidencia uma perspectiva de garantia aos bolsistas de acesso à vivência da prática esportiva. Por outro lado, a restrição a determinadas modalidades e o índice de atendimento de 35% demonstram que o PBA-UnB possui uma abrangência restrita e focalizada.

#### ANÁLISIS DEL PROGRAMA BOLSA ATLETA UNIVERSITÁRIA UNB (2011-2015).

*RESUMEN: Esta es una investigación social exploratoria para análisis del Programa Bolsa Atleta Universitaria de la Universidad de Brasilia - PBA-UnB. Embazado por el modelo analítico de políticas sociales (BOSCHETTI, 2009), adoptamos los procedimientos de levantamiento documental y*

<sup>22</sup> Valores atualizados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), para comparação entre valores de anos diferentes, idem nota de rodapé nº20.

pesquisa bibliográfica. Los dados iniciales demuestran que el PBA-UnB posee alcance restricto, pero con potencial de ampliación. Además esa política estímulo el desenvolvimiento del deporte universitario en la UnB.

PALABRAS CLAVE: Políticas Públicas Deportivas; Deporte Universitario; Bolsa Atleta.

## ANALYSIS OF THE UNIVERSITY ATHLETE SCHOLARSHIP PROGRAM - UNB (2011-2015).

*ABSTRACT: This is an exploratory social research for the analysis of the University Athletic Scholarship Program of the University of Brasília - PBA-UnB. Guided by the analytical model of social policies (BOSCHETTI, 2009), we adopted the procedures of documentary survey and bibliographic research. The initial data demonstrate that PBA-UnB has restricted scope, but with potential of amplification. In addition, it is observed that policy stimulated the development of university sports in UnB.*

*KEYWORDS: Public Sports Policies; University Sports; Athlete Scholarship.*

## REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P. F. A. (2011). O lugar do social na política de esporte do governo Lula. **Ser Social**, v.13, n.28, p. 184-209, jan. /jun.

AMARAL, Silvia Cristina Franco; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; SILVA, Dirceu Santos. Produção científico-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. **Motrivivência**, v. 26, n. 42, p. 27-40, 2014.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. **Política social: fundamentos e história**. Biblioteca básica de Serviço Social. SP, v. 2, 2006.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jul. 2001 a. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=233173>>. Acesso em: 02 Set. 2016.

CORRÊA, Amanda Jorge et al. Financiamento do Esporte Olímpico de Verão Brasileiro: Mapeamento Inicial do Programa “Bolsa-Atleta” (2005-2011). **Pensar a Prática**, v. 17, n. 4, 2014.

GUIMARÃES, Alexandre Sidnei. **A bolsa-atleta eleva o desempenho de seus beneficiários?**: análise do período 2005-2008. Senado Federal, Centro de Estudos da Consultoria do Senado, 2009.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. (orgs). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. MULLER, Pierre.

SÁ-SILVA, J. R. Almeida, CD. de, Guindani, JF. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, n. 1, 2009.

SILVA, L. L.; MACHADO, R. P. T; DIAS, P. S. Fatores Motivacionais para a Prática do Desporto Universitário. **Revista digital EFDeportes**, nº 191, Abril de 2011.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões sociais do esporte** 2001.